



## GT-5 – Política e Economia da Informação

ISSN 2177-3688

### UMA CRÍTICA DIALÉTICA MATERIALISTA SOBRE O ACESSO À INTERNET: LEITURA MARXISTA DO *GLOBAL CONNECTIVITY REPORT 2022*

#### *A DIALECTICAL MATERIALIST CRITIQUE ON INTERNET ACCESS: A MARXIST READING OF GLOBAL CONECTIVITY REPORT 2022*

**Marco André Feldman Schneider** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Carlos Shigueki Oki** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Pesquisa teórica, de cunho bibliográfico e documental. Apresenta uma leitura marxista sobre o relatório *Global Connectivity Report 2022*, publicado anualmente pela *International Telecommunication Union* (ITU). A ITU é uma agência da Organização da Nações Unidas especializada em informações e tecnologias da comunicação. A partir de uma crítica dialética materialista, o ensaio confronta a perspectiva neoliberal proposta no relatório sobre o papel da Internet e seu desenvolvimento no mundo. Entende que as soluções sugeridas no relatório são limitadas ao olhar econômico e tecnológico, em um processo que oculta a realidade, assegura a exploração econômica dos países e de suas comunidades, abre caminhos para o aumento da desigualdade social e amplia a dominação política internacional. O artigo explora as contradições e tensões decorrentes do modo de produção capitalista a partir do prisma marxista sobre a luta de classes, a teoria crítica da informação, a economia política da informação, a questão do espaço geográfico e a da ideologia. Considera que, para que a conectividade e o uso da Internet sejam emancipadoras, é preciso um olhar crítico de base materialista, realizado a partir de análises e diagnósticos de época.

**Palavras-chave:** marxismo; teoria crítica da informação; ideologia; Internet; *Global Connectivity Report*.

**Abstract:** This is a theoretical, bibliographical, and documentary research that presents a Marxist interpretation of the *Global Connectivity Report 2022*, which is published annually by the *International Telecommunication Union* (ITU). The ITU is a United Nations agency specialized in information and communication technologies. Through a dialectical materialist critique, this essay challenges the neoliberal perspective proposed in the report regarding the role of the Internet and its development worldwide. It argues that the solutions suggested in the report are limited to an economic and technological standpoint, thus obscuring reality, perpetuating the economic exploitation of countries and their communities, contributing to the increase of social inequality, and expanding international political domination. The article explores the contradictions and tensions arising from the capitalist mode of production from a Marxist standpoint, considering class struggle, critical information theory, the political economy of information, the issue of geographic space, and ideology. It posits that for connectivity and the use of the Internet to be emancipatory, a critical examination with a materialist foundation is necessary, based on analyses and diagnoses of the current era.

**Keywords:** marxism; critical information theory; ideology; Global Connectivity Report.

## 1 INTRODUÇÃO

O *Global Connectivity Report* é um relatório anual publicado pela *International Telecommunication Union* (ITU), uma agência da Organização da Nações Unidas (ONU) e especializada em tecnologias de informação e comunicação. Sua edição mais recente foi lançada há pouco mais de um ano, em 06 de junho de 2022, e traz um panorama mundial sobre a situação da conectividade e do acesso à Internet no mundo.

O ITU é um organismo que congrega os países membro da ONU, além de 900 empresas, universidades e organismos internacionais. O documento em análise, foi elaborado basicamente por uma divisão do ITU responsável pelos dados e análises, sendo redigido por basicamente seis pessoas que atuam em consultorias para empresas, governos e organismos multinacionais em temas como telecomunicações, mídia, internet, inclusão digital, e comunicação na indústria.

Propomos nesse breve ensaio realizar uma crítica de inspiração marxista quanto aos limites da proposta do relatório, que coloca a conectividade global à Internet e o uso dos recursos tecnológicos que a intermediam como um caminho que deve ser necessariamente adequado às realidades socioeconômicas traçadas pelo capitalismo.

O objetivo não é realizar uma crítica à agência ou ao conteúdo do relatório em si, mas propor uma análise das contradições não abordadas, de modo a observar as tensões existentes na busca da conectividade global que é tratada como necessidade básica para o desenvolvimento humano, mas ignora que seu desenvolvimento dentro do sistema capitalista demanda a centralização das propriedades tecnológicas, a precarização do trabalho especializado e a ausência de pensamento crítico naqueles que estão conectados.

Nos baseamos em três justificativas para tecermos a crítica proposta: primeiro, porque entendemos que a Internet é formada por um conjunto de tecnologias e empresas, que a tornam um objeto material de análise; segundo, porque o acesso à Internet provoca um movimento social contraditório entre opressão e emancipação, a partir de seus usos e controles; e terceiro, porque entendemos que o pensamento crítico é fundamental para analisarmos como devem ocorrer os avanços sociais, indo além dos pressupostos traçados pela ideologia dominante.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

### 2.1 Dialética

Começamos pela dialética, mais especificamente por Hegel e sua noção de superação dialética, representada na palavra alemã *aufheben* (suprassunção/suspensão), que significa simultaneamente negação, conservação e elevação de uma determinada realidade. A noção de *aufheben* demonstra a existência de movimento e contradição na própria realidade. Esse movimento dialético hegeliano é a base da dialética marxiana, sendo em Marx concentrado na atividade humana na história, na dimensão concreta e natural do ser humano, que se modifica materialmente (KONDER, 2012).

Esse sentido de movimento, de vida, da *aufheben* é constante no pensamento hegeliano. Žižek (2013, p. 12) diz que Hegel teria um impulso sistemático de propor uma explicação para todos os fenômenos do universo, mas sua análise dialética tinha o propósito de “demonstrar que cada fenômeno, ou tudo que acontece, falha a seu próprio modo, implica em seu próprio cerne uma rachadura, um antagonismo, um desequilíbrio [...], ele vê em tudo que é vivo os traços de sua futura morte”.

É, portanto, no movimento da *aufheben* que se edifica a dialética marxiana e que se busca compreender a realidade social.

Miriam Limoeiro Cardoso (1997), ao analisar o método marxiano, nos mostra que a realidade social é uma realidade determinada, fruto de relações específicas que a constroem. E somente a partir da apreensão dessas determinações é que se alcança a explicação do objeto social analisado, de sua totalidade real. Para a autora, se não houvesse determinações, a realidade seria apenas um conjunto de fenômenos completos em si mesmos ou no máximo se articulando, e os estudos sociais apenas apresentariam descrições desses fenômenos e não explicações da realidade social.

A necessidade da visão do todo, da totalidade construída pela atividade humana e suas contradições presentes, permite a tentativa de elaborar sínteses que permitam entendermos melhor a realidade que se apresenta (KONDER, 2012). Realidade formada de diferentes partes e em constante movimento, que não podem ser analisadas de modo fragmentado, isoladamente, pois deve haver reciprocidade entre as partes e o todo, de modo a permitir compreender suas relações e determinações (CARVALHO, 2007).

Para avaliar todos esses movimentos na sociedade, suas contradições e lutas de poder, o método dialético permite o conhecimento da sociedade em sua totalidade, e como consequência no marxismo não existe uma ciência individual, autônoma, mas “somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade” (LUKÁCS, 2003, p. 107).

Além do método teórico de análise, a dialética marxista nos permite observar, planejar e realizar movimentos que busquem a emancipação humana, e que promovam um olhar crítico frente à ideologia dominante. Ao nos depararmos com a Internet e todos os seus processos, é preciso que essa crítica seja ampla e enfrente as diferentes questões que a cercam.

Nos valem do proposto por Mao Zedong (2020) ao avaliar o movimento comunista de sua época, em 1959:

Dialética é estudar a tendência principal e as questões paralelas, a essência e a aparência externa. Nas contradições, existem contradições principais e contradições secundárias. [...] O marxismo nos diz que, para examinar uma questão, é necessário considerar a essência, a tendência principal e a linha. Isso é para ver se ele constrói ou não o socialismo nacionalmente, se opõe ao imperialismo internacionalmente e trabalha para o internacionalismo dentro do campo socialista. Esses três itens constituem uma linha.

A dialética histórico-materialista, portanto, nos permite observar, planejar e realizar movimentos que busquem transformar a realidade que se apresenta, que busquem a emancipação humana.

É preciso, portanto, uma análise dialética para que seja possível combater a expansão irrefreada do capitalismo e a reificação global ocasionada por este modo de produção, de modo a promover a emancipação não apenas nacional, mas global. É a teoria atuando e organizando as lutas de classes, como nos lembra Lenin (2020, p. 40): “[...] sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário”.

Para Lenin (2020, p. 85) para que seja possível promover a verdadeira consciência de classe é preciso que o proletariado aprenda “[...] com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e, além disso, necessariamente presentes (da atualidade), a observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política [...]” e aplicar na prática a análise materialista. A dialética marxista exorta que o movimento não seja apenas dialético, mas também gerador da consciência de classe.

Situados na proposta teórica e nos objetivos almejados, lançamo-nos à análise crítica. Adaptando a proposta de Mao Zedong (2020) para uma análise sobre as tendências do capitalismo, propomos um olhar sobre a tendência principal do atual diagnóstico capitalista sobre a Internet, que a encerra na integração de uma única realidade tecnológica, como uma necessidade imperativa e de benefício inquestionável socialmente; as questões paralelas, que são tratadas como caminhos para que a tendência principal se consolide; a essência, que entendemos ser o processo de expansão e monopolização, característico do capitalismo; e a aparência externa, que a ideologia dominante transmite como o único caminho para uma sociedade mais justa.

Como Marcuse (2015) propôs em sua análise da “sociedade industrial desenvolvida”, seguiremos a análise de duas tendências contrárias. Uma de que o desenvolvimento tecnológico impeça transformações e outra de que existam forças e tensões que possam romper essa contenção. Assumindo também a afirmação do autor de que “a noção tradicional de ‘neutralidade’ da tecnologia não mais pode ser sustentada [pois] a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas” (MARCUSE, 2015, p. 36).

## **2.2 Teoria crítica da informação**

A teoria crítica, desenvolvida na Escola de Frankfurt, tem como base filosófica o questionamento e a superação de obstáculos que permitam transformar e melhorar o mundo a partir de uma análise materialista histórica (BEZERRA, 2019). É a práxis revolucionária marxiana fundamentada na relação entre teoria e prática a partir de um diagnóstico de época, de modo reflexivo em contextos próprios (MELO, 2011).

A teoria crítica da informação faz um contraponto à teoria matemática da comunicação e segue os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos da teoria crítica da Escola de Frankfurt, além de integrar dois conceitos importantes da Ciência da Informação, o conceito de regime de informação e de competência crítica da informação (BEZERRA, 2019).

Os estudos em competência crítica em informação apontam limitações no entendimento mecanicista de competência em informação, resultado da “força das correntes dominantes da racionalidade instrumental científica”. Fomentam, portanto, um debate sobre competência que vai além da capacidade de uso ferramental dos serviços da Internet e da capacidade dos usuários de utilizarem a Internet, exortando um uso crítico e

ético da informação, que não seja apenas para atender a interesses governamentais e mercadológicos do regime de informação contemporâneo (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2019). Portanto, um saber que permita um verdadeiro desenvolvimento social, a partir da conectividade, precisa necessariamente ser crítico e construído com base materialista, a partir de diagnósticos de época.

### 3 GLOBAL CONNECTIVITY REPORT

O *Global Connectivity Report* (que a partir daqui nos referiremos apenas como “relatório”), em sua edição 2022, celebra, em comparação a 30 anos atrás, que a maioria das pessoas no mundo hoje está conectada. Segundo o relatório, cerca de dois terços do planeta acessam em alguma medida a Internet. Entretanto, destacam que um terço do mundo ainda permanece *offline* e dos que ficam *online*, muitos estão precariamente conectados, com diferenças de acesso entre países, entre homens e mulheres, entre jovens e idosos, entre moradores das áreas urbanas e rurais, sendo preciso melhoras significativas em infraestrutura (ITU, 2022).

Para a *International Telecommunication Union* (ITU), estar conectado à Internet oferece benefícios econômicos, possibilita melhoria do bem-estar social e permite novas formas de comunicação, entretenimento, expressão e colaboração. Ao prover seu acesso, disponibiliza conhecimento, fontes de aprendizado e oportunidades de trabalho (ITU, 2022). O relatório reconhece, entretanto, que há limites nos avanços sociais promovidos pelo acesso à Internet e reforça que é preciso também avanços em outras questões como educação, saúde, segurança, entre outros.

Mas como melhorar as infraestruturas sem conhecer quem as detêm? O relatório não particulariza a quem pertencem as estruturas tecnológicas que proveem o acesso à Internet no mundo. Quem são os proprietários dos servidores, dispositivos para conexão, satélites, cabos submarinos e serviços *online*? Segundo o relatório da GSMA, organização que representa empresas e organizações do setor de telecomunicações móveis, houve um aumento de mais de 100% da receita global da Internet entre 2015 e 2020. Além disso, o mesmo relatório aponta que 57% do tráfego da Internet está concentrado em apenas seis empresas: Alphabet (21%), Meta (15%), Apple (9%), Microsoft (4%), Netflix (4%) e Amazon (3%) (GSMA, 2022).

Em outras palavras, dois terços do mundo (que acessa a Internet) podem passar pelo menos metade do seu tempo conectado consumindo serviços de apenas seis empresas. Um oligopólio estadunidense que vai além de oferecer ferramentas e lazer que.

O problema da centralização dos meios de comunicação não é recente. Matellart (1979), ao analisar os movimentos das lutas populares que se espalhavam na América Latina nos anos 1970, considerava que era imperativo compreender o significado das mensagens transmitidas pela mídia burguesa, aliada às políticas imperialistas, assim com o modo de produção dessas mensagens na então chamada “cultura de massa”.

De acordo com Márcia Tiburi (2021, p. 97), para que as oligarquias que dominam o poder econômico e midiático possam permanecer com seus projetos de exploração, todos os caminhos são válidos, mesmo que seja com base no crescimento do fascismo, acobertando o neoliberalismo e que “se desenvolve, hoje, sob novas condições históricas e microtecnológicas”.

Se, conforme afirma o relatório, a Internet oferece benefícios econômicos e melhorias do bem-estar social, essas vantagens trazem consigo um desequilíbrio na divisão dos lucros entre empresas e entre países, centralizados em alguns poucos oligopólios. Também as formas de entretenimento e colaboração ficam dependentes dos benefícios econômicos dessas empresas e das políticas culturais externas de seus países de origem. Que, por fim, tendem a se utilizar de quaisquer meios econômicos e políticos para manter seu predomínio no mercado.

Ainda no aspecto econômico, de acordo com o relatório, para que a conectividade seja significativa é preciso que existam facilitadores (*enablers*), que são relacionados como infraestrutura, dispositivos tecnológicos, acessibilidade, habilidades, segurança e proteção (ITU, 2022). Parte do que é considerado como facilitadores, pode se descrito também pela GSMA (2022) como “cadeia de valor” da Internet e que teve um valor total aproximado de 6,7 trilhões de dólares em 2021. Denominada pelo GSMA, o “ecossistema da Internet” é composto por empresas que exploram diferentes momentos do processo da conectividade, sendo dividido em direitos autorais, serviços online, tecnologia e serviços, acesso e conectividade à internet, e interface do usuário. Dessa forma, seguindo a lógica do relatório, para ser ter uma conexão relevante é preciso necessariamente transitar por essa cadeia de valor.

Por trás deste conceito de cadeia de valor, estão indústrias e serviços com seus respectivos trabalhadores, os quais, como analisa Mészáros (2006), são alienados de seu trabalho e consequentemente de sua própria natureza e de si mesmos. Alienados como espécie humana e dos outros seres humanos em um processo dialético que os posiciona antagonicamente ao produto de seu trabalho e, no contexto dessa análise, portanto, ignoram as consequências de suas atividades em sua própria comunidade.

Desse modo, essa alienação priva o homem de sua própria liberdade, pois, como aponta Marx (2010), o trabalhador, alienado de si mesmo, ao produzir algo que não o pertence, faz com que o produto de seu trabalho seja uma relação de estranhamento. E quanto mais o trabalhador produz, mais objetivado estará e menos será ele mesmo, pois no objeto de seu trabalho está algo que não é seu, e portanto, negando a si mesmo e aos outros, pois no modo capitalista “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [e] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.” (MARX, 2010, p. 80-81).

Para Ricardo Antunes (2018), no mundo produtivo contemporâneo temos uma nova apresentação do proletariado global, o infoproletariado. Ele é decorrente da invasão das tecnologias, que foram subsumindo o trabalho ao mundo das máquinas, que antes eram ferramentais e agora são informacionais-digitais. O trabalho estável, regulamentado, vem sendo substituído pela informalidade e, como resultado, se amplia um trabalho invisibilizado e se potencializa novas formas de gerar mais-valor, alcançando praticamente todas as esferas do trabalho.

Outra questão abordada pelo relatório refere-se à redução do custo tecnológico para a ampliação do alcance e capacidade de transmissão de dados pela Internet. A proposta é incentivar investimentos privados, de modo a criar um mercado competitivo que diminua os custos tecnológicos. Para isso, sugere-se que o Estado reduza impostos do setor, inclusive os relacionados a importações, além de oferecerem incentivos a fundos que atendam grupos vulneráveis (ITU, 2022).

Também no diapasão neoliberal, o relatório sugere caminhos para levar a Internet aos locais mais afastados, como em áreas rurais. Identificar empresas de tecnologia, bancos de desenvolvimento, fundos de responsabilidade social e doadores filantrópicos, são

algumas das sugestões. Além de direcionar impostos do setor, fomentar planos de negócios sustentáveis, controle de riscos econômicos e de subsídios governamentais (ITU, 2022).

Marx (2011, p. 701) aborda nos *Grundrisse* o circuito do capital e, entre outros temas, as razões do Estado e do capitalista de realizarem certos investimentos em infraestrutura. Em seu argumento, discute o valor da construção de uma estrada hipotética cujo o valor não se valorizasse, mas que seria de interesse de uma comunidade devido ao seu valor de uso. Dada sua importância, sua construção ocorreria “seja sob a forma de corveia, seja sob a forma mediada de imposto”.

Segundo Marx (2011), para que o capitalista construa a estrada, seriam necessárias várias condições: 1) deter grande quantidade de capital que permita assumir um trabalho de grande dimensão e lenta valorização; 2) que se produza juros; 3) que seja rentável sobre seu uso; 4) que parte da riqueza gerada seja reinvestida em mercadorias de locomoção. Para Marx o capital sempre busca seus interesses particulares de valorização e deixa as necessidades coletivas ao Estado.

Voltemos então à questão da redução dos impostos e dos subsídios governamentais. O Estado, ao fazer isso para que haja investimentos em tecnologia pelos oligopólios, não está atendendo apenas aos interesses da comunidade e sim atendendo as condições necessárias para que o capitalista realize seus investimentos e consiga explorar o trabalho excedente. Não se trata de uma substituição do uso do imposto para a construção de um benefício social, e sim sobre um redirecionamento dos impostos para atender a necessidade de lucro do capitalista, caso contrário não haveria investimentos de interesse da comunidade. O Estado acaba por fortalecer os oligopólios já existentes e que possuem grande volume de capital para investimentos de infraestrutura tecnológica. Mas, mesmo a redução de impostos, ainda atende apenas uma primeira etapa do interesse do capital. Como afirma Marx (2011, p. 710-711) “o máximo desenvolvimento do capital se dá quando as condições gerais do processo de produção social não são criadas a partir da dedução da renda social, dos impostos do Estado [...] mas pelo capital como capital”.

O relatório também justifica a dificuldade de uso da Internet, a falta de acessibilidade e a inabilidade dos usuários, tanto do reconhecimento das possibilidades informacionais da rede, quanto do adequado uso das ferramentas tecnológicas. Ressalta a importância da competência digital para superar o analfabetismo digital (*digital illiteracy*), a partir da inclusão desse aprendizado no currículo escolar. Os autores, entendem que é preciso

sinergia entre governos, organizações não governamentais e empresas, para ensinar aos grupos vulneráveis habilidades digitais, promovendo uma conectividade significativa (*meaningful connectivity*). Vale ressaltar que o próprio relatório justifica que o conteúdo acessado não é avaliado neste conjunto porque, pelo entender deles, não afeta diretamente o problema da conectividade (ITU, 2022).

O relatório também ressalta a importância da segurança quanto à privacidade de dados, ao controle da desinformação, a conteúdos prejudiciais e ao uso excessivo de conteúdos digitais. Sugere que os países tenham leis para proteção de dados e as empresas controlem as informações falsas que são publicadas, em especial, aquelas que coloquem em risco crianças e adolescentes e impactem questões como eleições ou saúde coletiva (ITU, 2022). Mas o problema da desinformação não é apenas legal (apesar deste ser um aspecto fundamental do problema) e muito menos pode ser solucionado por uma expectativa de voluntarismo de responsabilidade social das empresas quanto à proteção dos dados ou ao controle das desinformações veiculadas por pessoas e organizações que geram lucros para suas plataformas.

Como nos lembra Schneider (2022, p. 18) ao abordarmos o tema da desinformação, estamos tratando de ética da informação, da articulação entre verdade e liberdade, da liberdade como um todo e também da liberdade na esfera informacional, que envolve “[...] produção, circulação, uso, preservação, organização, recuperação [e] destruição da informação”. Para o autor, numa perspectiva hegeliana, a vida ética é inseparável do Estado ético, de suas leis e instituições. Portanto, ao lidarmos com a ética da informação estamos abordando a desinformação, os conteúdos prejudiciais, a privacidade de dados e mesmo o uso excessivo de conteúdos digitais. Portanto, o problema da desinformação também deve ser enfrentado em todas as etapas do processo informacional e em especial no contexto educacional e com a participação social de modo representativo.

Outro ponto abordado no relatório, refere-se à importância da infraestrutura de *middle mile* que são o conjunto de *data centres* que conectam as redes internacionais com usuários finais da Internet, provendo principalmente qualidade e velocidade. Entre os fatores para os poucos e insatisfatórios *data centres* presentes nas economias baixa e média, estariam a “[...] falta de demanda, baixa renda, desastres naturais, instabilidade política, fornecimento de energia e facilidade de fazer negócios.” o que inibem o investimento privado (ITU, 2022, p. xviii, tradução nossa). O problema, portanto, seria a falta de

investimento privado, que não ocorre devido à falta de condições oferecidas pelos países. Condições subtendidas para realização de lucro.

Talvez o ponto mais ligado ao neoliberalismo em que o relatório se posiciona, refere-se ao que consideram como um ecossistema de investimentos para conectividade que seja “atraente” e que inclua a “[...] liberalização do mercado de telecomunicações [e a implementação de] leis de proteção de dados para ajudar a atrair investimentos em *data centres* e computação em nuvem” (ITU, 2022, p. xviii, tradução nossa).

Ao tratar de acessibilidade, o relatório constata que os custos das tecnologias e das assinaturas para se conectar à Internet é alto para os países de baixa e média economia. Além disso, esses custos são mais baratos nos países ricos do que nos pobres, reforçando uma desigualdade inclusive na qualidade da conexão entre os países quando comparados sob o mesmo custo. Entretanto, novamente, sugere-se que o problema é regulatório, onde deve-se buscar um formato que fomente a competitividade, as parcerias público-privadas e a redução de taxas ou a implementação de subsídios para acesso gratuito ou a venda de dispositivos a baixo custo (ITU, 2022).

David Harvey, em seu livro “Condição pós-moderna”, publicado em 1989, já identificava indícios de uma mudança no modo de acumulação no capitalismo, o que ele chamava de acumulação flexível, em um momento em que o autor entendia como um processo de crise no modelo fordista. Esse tipo de acumulação tem base na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, decorrentes de novos serviços, setores produtivos e inovações (HARVEY, 2008, p. 140).

A diversificação capitalista envolve inclusive o que Harvey (2005) denomina de economia do espaço, que surge dos processos de acumulação do capital. Para o autor, o capitalismo produz um desenvolvimento geográfico desigual na sua busca pela vantagem na disputa da concorrência (voltado a objetivos monopolistas), com inovações tecnológicas alterando as condições de espacialidade. Entretanto, a ocupação do espaço tem que ser economicamente vantajosa, o que leva os investimentos para locais já estruturados. Para Harvey (2005, p. 87), “a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões e que ela é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem”.

Nos objetivos do relatório sugere-se uma liberalização do mercado para que haja interesse de investimento no espaço físico (*data centres*) em países com custos muito altos

de implantação tecnológica. Alto custo significa lucros mais baixos e uma redução de sua capacidade de concorrência, limitando os objetivos de expansão do capital e de monopolização do espaço geográfico. Ou seja, a infraestrutura de *middle mile* não esbarra na liberalização do mercado e sim na dificuldade de monopolização do espaço.

O relatório se rende, definitivamente, à ideologia dominante quando sugere que o “novo normal” (*new normal*) é o cenário competitivo nos negócios e no desenvolvimento tecnológico. Para os autores do relatório, é preciso “pensamento estratégico” sobre o mercado digital e em sua regulamentação. Além de que os países devem estar preparados (ser resilientes) para crises futuras como, por exemplo, a COVID-19 que nos assolou e aumentou a demanda por conectividade (ITU, 2022).

O “novo normal” é o mais puro resumo da ideologia dominante. A ideologia, como nos mostra Marilena Chauí (2001), consiste em um conjunto de ideias que oculta a realidade com o objetivo de assegurar e manter a exploração econômica. Tem como resultado a desigualdade social e a dominação política. Para a autora, a desigualdade demonstra uma sociedade dividida em classes, e esse ideário é produzido e difundido pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico e, desse modo, definir as normas sociais e os destinos políticos.

Sobre como se preparar para as “futuras crises”, Losurdo (2015, p. 32) nos dá uma pista ao comentar o período revolucionário francês de 1848-1849, em que “uma grande crise é caracterizada pelo entrelaçamento complexo e contraditório das lutas de classes”. Para o autor, nas grandes crises que se desenvolvem no plano interno e internacional, a luta de classes se intensifica.

O “pensamento estratégico”, ao contrário do proposto no relatório seria, na visão marxista, se opor à ideologia e à exploração econômica realizada pelas classes dominantes que nos levam às desigualdades sociais. Também seria se preparar para as crises quando a luta de classes se sobressai e clama por movimentos que busquem a emancipação humana.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A acessibilidade à Internet se tornou fundamental para as atividades sociais, sejam elas produtivas ou culturais. Assim como outros avanços tecnológicos, podem ser promotoras de um aumento na qualidade de vida e da integração social, seja por reduzir o tempo do trabalho ou por proporcionar mais tempo e conteúdo para atividades culturais e

intelectuais. Entretanto, diferentes caminhos são possíveis para se prover o acesso de modo a criar condições que sejam fundamentais para se construir um mundo mais justo.

A visão neoliberal predominante nos mercados voltados à conectividade não era inesperada. As características de expansão e acumulação do capital, a busca por novas formas de geração de mais-valor e as formas de ocultação de suas contradições, alcançam todas as atividades sociais. No caso da Internet, se relacionam nos aspectos econômicos, políticos, culturais e informacionais, mas se voltam sempre para os interesses do mercado.

A consolidação dos oligopólios do setor limita os possíveis benefícios sociais e econômicos que a conectividade deveria prover. Restringem a participação social, a diversidade do conteúdo criado e o desenvolvimento cultural. Também pressionam países a cederem a incentivos fiscais e legais que são desfavoráveis às suas necessidades como Estado e por vezes não atendem aos interesses sociais de suas comunidades.

A competência informacional constituída como habilidades em executar tarefas e operar tecnologias não é um caminho suficiente para a emancipação social. Atende apenas às necessidades dos meios de produção capitalistas ao treinar os trabalhadores para o uso das ferramentas. É preciso que a competência informacional seja crítica, permitindo aos usuários das tecnologias compreenderem, questionarem e escolherem suas formas e usos de modo emancipatório. É preciso, portanto, que estimule a maturação da consciência de classe, de seu espaço negativo na realidade do modo de produção capitalista. Negativo em termos dialéticos compostos: enquanto consciência da classe explorada, à qual é negado o acesso geográfico, tecnológico, educacional, político e econômico ao gozo das benesses do sistema, e enquanto consciência da classe que nega essa negação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEZERRA, A. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, A.; SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R.; SALDANHA, G. (org.). **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, A.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 29, n. 3, 2019.

CARDOSO, M. L. **A periodização e a ciência da história: observações preliminares.** [s. l.: s. n.], junho de 1997. Cópia fotográfica.

CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Outubro**, São Paulo, n. 15, p. 177-193, 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-15-Artigo-06.pdf>. Acesso em: 16 ago. 22.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2005.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Global Connectivity Report 2022.** Geneva: ITU, 2022. Disponível em: <https://www.itu.int/itu-d/reports/statistics/global-connectivity-report-2022/>. Acesso em: 10 ago. 22.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2012. *E-book*.

LENIN, V. I. **O que fazer?** São Paulo Boitempo, 2020. *E-book*.

LOSURDO, D. **A luta de classes:** uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, R. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Cadernos CRH**, v. 24, n. 62, p. 249-262, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Ph8SPw5NqDZ7MmdVyJnspdh/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 22.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional.** São Paulo: Edipro, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

SCHNEIDER, M. Hegel e a Desinformação Digital em Rede. In: SALDANHA, G.; CASTRO, P. C.; PIMENTA, R. (org.). **Ciência da Informação:** sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 199-220.

TIBURI, M. A ascensão fascista no Brasil. In: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (org.). **Cultura e política no Brasil atual.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 95-108.

THE GROUPE SPECIALE MOBILE ASSOCIATION. **The Internet Value Chain 2022**. London: GSMA, 2022. Disponível em: <https://www.gsma.com/publicpolicy/wp-content/uploads/2022/05/Internet-Value-Chain-2022.pdf>. Acesso em: 16 ago. 22.

ZEDONG, M. **Exemplos de Dialética**: compilação resumida. [S. l.]: Marxists, 2020. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1959/mes/90.htm>. Acesso em: 16 ago. 22. Não paginado.

ŽIŽEK, S. **Menos que nada**: Hegel e a sombra do materialismo dialético. São Paulo: Boitempo, 2013. *E-book*.